REQUERIMENTO Nº /2022

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Pará de Minas

O vereador que este subscreve requer a V.Exa., depois de ouvida a Casa, seja solicitado à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social prestar informações sobre a Estrutura da Secretaria (cargos existentes), os **servidores ocupantes desses cargos**, o **local de lotação** desses servidores e respectivas **portarias de nomeação**, nos moldes da tabela abaixo ou na forma que preferir, desde que atendidas as informações solicitadas.

	CARGO	**NOME DO SERVIDOR**	**LOCAL DE LOTAÇÃO**	**Nº DA PORTARIA DE NOMEAÇÃO**
a)	Secretário de Assistência e Desenvolvimento Social			
b)	Assessoria Executiva			
c)	Assessoria III			
d)	Secretária			
e)	Diretoria de Assistência e Desenvolvimento Social			
e1)	Gerência de Proteção Básica e Especial			
e2)	Gerência da Diversidade Social			
e3)	Gerência de Articulação Socioassistencial			
e4)	Gerência de Gestão de Benefícios			
e5)	Gerência de Cooperação Multidisciplinar			
e6)	Gerência de Articulação Setorial			
f)	Diretoria de Proteção Social			
f1)	Gerência de Conselhos Municipais			
f2)	Gerência de Apoio às Associações Comunitárias			
g)	Diretoria de Trabalho e Renda			
g1)	Gerência de Trabalho, Emprego e Renda			
g2)	Gerência de Formação para o Trabalho			
g3)	Gerência de Apoio Administrativo			

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Pará de Minas, 04 de julho de 2022.

HELIO ANDRADE DE MELO JUNIOR:07408318607

Assinado de forma digital por HELIO ANDRADE DE MELO JUNIOR:07408318607
Dados: 2022.07.04 15:43:30 -03'00'

Vereador JUNINHO JR

Justificativa

A Lei nº 6259/2018 que dispõe sobre a organização, a estrutura orgânica e os procedimentos da Administração do Município de Pará de Minas, traz em seu Art. 57, a estrutura da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social conforme listado na tabela.

As informações solicitadas são necessárias para o cumprimento do múnus fiscalizatório do Vereador, e atende aos princípios constitucionais da legalidade e publicidade que regem a Administração Pública.

Essa informação foi formalmente solicitada através do Requerimento nº 1050 de 13 de setembro de 2021, contudo, sem nenhuma surpresa, passados nove meses do pedido de informação, o requerimento sequer foi respondido.

Tal conduta consiste em claro desrespeito ao Poder Legislativo que votou e aprovou o requerimento, bem como afronta a constitucional harmonia e separação dos poderes.

Antecipadamente informo que descumprido o prazo legal de 15 dias para resposta, por configurar crime de responsabilidade, será encaminhado notícia de fato ao Ministério Público, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.